

**INFORMATIVO CONJUNTO - MENSAGEM MODIFICATIVA DO PLOA 2018**

**1. CONTEXTO**

No dia 31 de outubro, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional Mensagem Modificativa do PLOA 2018 (Mensagem nº 424, de 30/10/2017). As modificações decorrem principalmente da alteração da meta de resultado primário para 2018, ocorrida somente após o envio da proposta orçamentária (passou de R\$ 129,0 bilhões para R\$ 159,0 bilhões de déficit), da adoção de medidas de ajuste fiscal com impacto em receitas e despesas no exercício de 2018, propostas por meio de projeto de lei ou medida provisória, e de mudanças em parâmetros macroeconômicos.

Alteração da Legislação	Medida de Ajuste Fiscal	R\$ bilhões
		Impacto líquido de transferências
Medida Provisória nº 805/2017	Elevação da alíquota da contribuição previdenciária do servidor público, de 11% para 14%, sobre parcela da remuneração que exceda o teto do RGPS <sup>(1)</sup>	2,2
	Adiamento de reajustes de determinadas categorias e cancelamento do reajuste de cargos e funções comissionadas	5,3
Medida Provisória nº 806/2017	Tributação sobre fundos de investimento fechados	6,0
Projeto de Lei nº 8.456/2017	Reoneração da folha de pagamento (redução da contribuição previdenciária sobre a receita bruta e aumento da contribuição previdenciária sobre a folha) <sup>(2)</sup>	8,3
	Revogação da alíquota adicional de um ponto percentual da Cofins - Importação	-2,5

Fonte: Apresentação do Ministro do Planejamento realizada no dia 30/10/2017 e Mensagem Presidencial.

1) A contribuição patronal para o RPPS (a cargo da União e de fundações e autarquias federais), que é o dobro da contribuição do servidor passa de 22% para 28% sobre os gastos com pessoal ativo (a base de cálculo não considera gastos com inativos e pensionistas). Contudo, essa parcela, estimada em R\$ 2,8 bilhões, constitui a um só tempo receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, razão pela qual não ocorre impacto fiscal nas projeções quando consideradas em conjunto.

2) A perda de arrecadação de receita previdenciária decorrente da desoneração da folha gerou a necessidade de a União efetuar compensação em favor do RGPS. No projeto encaminhado em 31/08/2017, a compensação era de R\$ 14,5 bilhões; no projeto modificado, R\$ 11,5 bilhões. Trata-se também de operação que simultaneamente gera receita e despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social, não havendo, portanto, impacto fiscal quando consideradas as duas partidas.

Este informativo visa demonstrar os principais números do orçamento, com foco nas alterações promovidas por meio da Mensagem Modificativa.

**2. QUADRO RESUMO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA MENSAGEM MODIFICATIVA**

A redução da meta em R\$ 30,0 bilhões e o aumento na projeção da receita primária em R\$ 14,5 bilhões geraram margem fiscal que suportaram o aumento do total das dotações destinadas à despesa primária em R\$ 44,5 bilhões (valores líquidos de transferências por repartição de receita). A redução de determinadas despesas obrigatórias possibilitou a realocação de recursos para o atendimento de outras programações. A tabela a seguir demonstra as modificações nas receitas e despesas primárias constantes da Mensagem Modificativa.

R\$ bilhões	
Medida	Impacto líquido de transferências
<b>Receitas</b>	<b>14,5</b>
Incidência do Imposto de Renda sobre fundos de investimento fechados	6,0
Ampliação da alíquota de contribuição previdenciária para o RPPS (parcela do servidor)	2,2
Reoneração da folha de pagamento <sup>(2)</sup>	8,3
Revogação da alíquota adicional da Cofins - Importação	-2,5
Receitas com Concessões	-0,6
Efeito da mudança de parâmetros macroeconômicos para 2017 e 2018	1,1
<b>Despesas</b>	<b>44,5</b>
Pessoal (efeito líquido da postergação do reajuste de servidores civis, cancelamento de reajuste de cargos e funções comissionadas e autorização para provimento de cargos em 2018) <sup>(2)</sup>	-4,4
Transferência para atendimento do art. 91 do ADCT (utiliza critérios de distribuição da Lei Kandir, após dedução de 20% para o FUNDEB)	1,9
Previdência (redução decorrente da queda da projeção do salário mínimo)	-1,9
Compensação da União ao RGPS pela perda de arrecadação decorrente da desoneração da folha	-3,0
Reprojeção de despesas obrigatórias	4,3
Despesas Discricionárias	47,6
<b>Meta de Resultado Primário</b>	<b>-30,0</b>

Fonte: Apresentação do Ministro do Planejamento realizada no dia 30/10/2017 e Mensagem Presidencial.

1) Já computada redução da compensação da União ao RGPS, que cai de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 11,5 bilhões em decorrência da reoneração da folha de pagamento; 2) O montante não considera o recolhimento da contribuição patronal, operação que gera simultaneamente receita e despesa no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

### 3. VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS QUE AFETAM RECEITAS E DESPESAS

Itens	2017	2018		
	Rel. Aval. 4º Bim	PLOA	Mensagem Modif.	Relatório Focus
PIB (R\$ bilhões)	6.637,2	7.137,9	7.130,4	-
Crescimento Real do PIB (%)	0,5	2,0	2,0	2,5
IPCA Acumulado (%)	3,5	4,2	4,2	4,0
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	3,18	3,38	3,29	3,24
Taxa de Juros Selic (Média)	10,0	8,0	7,25	6,88
Crescimento da Massa Salarial (%)	4,7	5,7	6,1	-
Salário Mínimo (R\$)	937,0	969,0	965,0	-
Reajuste do Salário Mínimo (%)	-	3,42	3,00	-

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bim./2017, PLOA 2018, Mensagem Modificativa e relatório Focus do Banco Central de 27/10/2017.

As projeções da inflação e do crescimento real do PIB foram mantidas na Mensagem Modificativa. Enquanto o mercado espera um crescimento real de 2,5% do PIB, o governo estima 2,0% de crescimento. Os demais parâmetros sofreram alterações, das quais destacam-se a redução na projeção do salário mínimo, de R\$ 969,0 para R\$ 965,0 (em função da redução da projeção do INPC para 2017, passando de 3,5% para 3,1%), e a elevação do crescimento da massa salarial de 5,7% para 6,1%. No geral, as projeções do governo para 2018 são mais conservadoras que as expectativas do mercado, conforme consta no relatório Focus, de 27/10/2017, divulgado pelo Banco Central do Brasil.

#### 4. PRINCIPAIS COMPONENTES

Comparando os principais componentes de receita e despesa, verifica-se que os valores da Mensagem Modificativa são inferiores aos do orçamento encaminhado em 31/8/2017. Esse fato é explicado pela redução em R\$ 84,8 bilhões em despesas financeiras, apesar do aumento de R\$ 49,3 bilhões em despesas primárias. O quadro a seguir apresenta esses números:

R\$ bilhões

Itens	Receita		Despesa	
	PLOA 2018	Mensagem Modif.	PLOA 2018	Mensagem Modif.
<b>Orçamentos da União</b>	<b>3.605,2</b>	<b>3.569,6</b>	<b>3.605,2</b>	<b>3.569,6</b>
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>3.536,4</b>	<b>3.500,8</b>	<b>3.536,4</b>	<b>3.500,8</b>
Orçamento Fiscal	2.828,4	2.780,4	2.538,7	2.496,9
Orçamento da Seguridade Social	708,0	720,4	997,7	1.003,9
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>68,8</b>	<b>68,8</b>	<b>68,8</b>	<b>68,8</b>
<b>( - ) Refinanciamento da Dívida</b>	<b>1.106,2</b>	<b>1.157,2</b>	<b>1.106,2</b>	<b>1.157,2</b>
<b>( = ) Orçamentos da União Líquidos de Refinanciamento</b>	<b>2.499,0</b>	<b>2.412,4</b>	<b>2.499,0</b>	<b>2.412,4</b>
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Líquidos</b>	<b>2.430,2</b>	<b>2.343,6</b>	<b>2.430,2</b>	<b>2.343,6</b>
Orçamento Fiscal Líquido	1.722,2	1.623,2	1.432,4	1.339,7
Orçamento da Seguridade Social Líquido	708,0	720,4	997,7	1.003,9
<b>Orçamento de Investimento das Estatais Líquido</b>	<b>68,8</b>	<b>68,8</b>	<b>68,8</b>	<b>68,8</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

#### 4.1. RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

Itens	PLOA	Mensagem Modificativa
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.524.189,7</b>	<b>1.544.537,4</b>
1. Impostos, taxas e contribuições de melhoria	480.419,2	489.400,7
2. Contribuições	848.216,0	864.550,5
3. Receita Patrimonial	90.463,2	89.320,4
4. Receita Agropecuária	23,5	23,5
5. Receita Industrial	1.112,3	1.111,9
6. Receita de Serviços	40.716,8	40.659,9
7. Transferências Correntes	1.092,8	1.092,8
9. Outras Receitas Correntes	62.145,9	58.372,7
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.012.205,3</b>	<b>1.956.300,3</b>
1. Operações de Crédito	1.609.356,0	1.638.399,6
2. Alienação de Bens	3.079,4	3.079,3
3. Amortização de Empréstimo	156.900,9	156.719,2
4. Transferências de Capital	181,5	181,5
9. Outras Receitas de Capital	242.687,4	157.920,6
<b>TOTAL</b>	<b>3.536.395,0</b>	<b>3.500.837,6</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

#### 4.2. DESPESAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ bilhões

Itens	Emp. 2016	Aut. 2017	PLOA	Mens. Modif.
1 - Pessoal e encargos sociais	277,3	310,7	324,6	322,8
3 - Outras despesas correntes	1.139,3	1.207,1	1.223,2	1.249,1
4 - Investimentos	38,1	56,6	9,7	29,8
5 - Inversões financeiras	76,5	83,6	74,3	82,4
9 - Reserva de contingência	0,0	35,1	54,8	38,0
<b>Subtotal – Despesas, excluído serviço da dívida</b>	<b>1.531,1</b>	<b>1.693,2</b>	<b>1.686,6</b>	<b>1.722,0</b>
2 - Juros e encargos da dívida	205,0	339,5	387,2	316,2
6 - Amortização da dívida	925,3	1.382,8	1.462,6	1.462,6
<b>Subtotal – serviço da dívida</b>	<b>1.130,3</b>	<b>1.722,3</b>	<b>1.849,8</b>	<b>1.778,8</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>2.661,5</b>	<b>3.415,5</b>	<b>3.536,4</b>	<b>3.500,8</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

A tabela acima demonstra a recomposição de investimentos na Mensagem Modificativa. Destaca-se a variação ocorrida nas programações do PAC (R\$ 2,0 bilhões, no PLOA de 31/8/2017; 25,9 bilhões, na Mensagem Modificativa). Apesar da elevação dos investimentos, o total previsto para 2018 (R\$29,8 bilhões) é muito inferior ao autorizado em 2017.

#### 4.3. RECEITAS E DESPESAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ milhões

Origens	PLOA	Mens. Mod.	Aplicações	PLOA	Mens. Modif.
Recursos Próprios	64.329,2	64.329,2	Min. Agricultura, Pecuária e Abastecimento	59,0	59,0
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.455,4	1.455,4	Min. Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	1.048,7	1.048,7
Operações de Crédito - Longo Prazo	2.536,4	2.536,4	Min. Fazenda	6.333,3	6.333,3
Outros Recursos - Longo Prazo	482,8	482,8	Min. Minas e Energia	59.908,0	59.908,0
			Min. Saúde	329,6	329,6
			Min. Transportes, Portos e Aviação Civil	1.006,9	1.006,9
			Min. Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	111,7	111,7
			Min. da Defesa	6,7	6,7
<b>Total</b>	<b>68.803,8</b>	<b>68.803,8</b>	<b>Total</b>	<b>68.803,9</b>	<b>68.803,9</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

### 5. COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO

#### 5.1. RECURSOS PARA ATENDIMENTO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

O PLOA contém reservas específicas para atendimento das emendas impositivas individuais em montante equivalente ao definido pela forma de cálculo dada pela EC 95/2016: valor de execução obrigatória em 2017 (1,2% da RCL apurada em 2016) corrigido pela variação do IPCA de julho de 2016 a junho de 2017 (3,0%).

Também foram alocados recursos em reserva específica para atendimento das emendas de bancadas estaduais e despesas necessárias ao custeio de campanhas eleitorais, em conformidade com a LDO 2018.

R\$ milhões

Itens	PLOA	Mens. Modif.
Atendimento de emendas individuais	8.774,7	8.774,7
Atendimento de emendas impositivas de bancada e custeio de campanhas eleitorais	4.387,4	4.387,4

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

## 5.2. TETO DOS GASTOS – EC 95/2016

A Mensagem Modificativa obedece aos limites definidos pela EC nº 95, que instituiu o novo regime fiscal. Vale ressaltar que o Poder Executivo teve seu montante de programação reduzido, relativamente a seu limite individualizado, em R\$ 2,1 bilhões, com vistas à compensação do excesso de gastos dos demais Poderes e órgãos, em conformidade com os §§ 7º e 8º do art. 107 do ADCT e com o art. 25 da LDO 2018. Além disso, o Poder Executivo deixou de programar despesas no montante de R\$ 170,7 milhões por falta de margem fiscal. Anteriormente, no projeto enviado em 31/08/2017, a falta de programação de despesa por esse motivo havia alcançado R\$ 41,3 bilhões.

R\$ milhões

Itens	Limite EC 95	Compens. LDO	Limite 2018	PLOA	Mensag. Modif.
<b>Total de Despesas Primárias</b>	<b>1.347.880,7</b>	<b>0,0</b>	<b>1.347.880,7</b>	<b>1.306.589,8</b>	<b>1.347.709,9</b>
Poder Executivo	1.289.947,2	-2.104,1	1.287.843,1	1.246.552,2	1.287.672,4
Câmara dos Deputados	5.595,1	190,9	5.785,9	5.785,9	5.785,9
Senado Federal	4.118,4	28,1	4.146,5	4.146,5	4.146,5
Tribunal de Contas da União	1.935,1	28,8	1.963,9	1.963,9	1.963,9
Supremo Tribunal Federal	596,8	67,0	663,9	663,9	663,9
Superior Tribunal de Justiça	1.404,3	0,0	1.404,3	1.404,3	1.404,3
Justiça Federal	10.271,7	323,7	10.595,4	10.595,4	10.595,4
Justiça Militar da União	505,2	7,5	512,7	512,7	512,7
Justiça Eleitoral <sup>(1)</sup>	6.837,8	99,6	6.937,4	6.937,4	6.937,4
Justiça do Trabalho	17.495,0	1.220,6	18.715,6	18.715,6	18.715,6
Justiça do Distrito Federal e Territórios	2.478,2	0,0	2.478,2	2.478,2	2.478,2
Conselho Nacional de Justiça	182,5	30,1	212,6	212,6	212,6
Ministério Público da União	5.928,2	53,7	5.981,9	5.981,9	5.981,9
Conselho Nacional do Ministério Público	77,6	9,9	87,6	87,6	87,6
Defensoria Pública da União	507,6	44,1	551,7	551,7	551,7

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

1) Da proposta orçamentária da Justiça Eleitoral, R\$ 888,7 milhões são destinados ao Fundo Partidário, alcançando o limite definido na LDO 2018: valor pago em 2016 (R\$ 804,3 milhões) corrigido por 7,2% mais 3,0% (§1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

## 5.3. MÍNIMO CONSTITUCIONAL EM SAÚDE E EM EDUCAÇÃO

Pela regra instituída pela EC 95/2016, os valores mínimos a serem aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) e em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) no exercício de 2018 corresponderão aos mínimos obrigatórios de 2017 (18% da receita de impostos no primeiro caso; 15% da receita corrente líquida no segundo) corrigidos por 3,0% (IPCA acumulado de julho de 2016 a junho de 2017).

Com base nessa regra, e levando em conta o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 4º bimestre, a importância mínima a ser aplicada em MDE e em ASPS, no exercício de 2018, é de R\$ 49,6 bilhões e de R\$ 116,5 bilhões, respectivamente.

No que se refere à MDE, verifica-se que a Mensagem Modificativa prevê a aplicação de R\$ 85,9 bilhões, sendo R\$ 69,0 bilhões oriundos da fonte 100 - Recursos Ordinários (composta inclusive por impostos).

Quanto a ASPS, para alcançar R\$ 119,0 bilhões, o Poder Executivo considerou a alocação de metade dos recursos das emendas individuais e de bancada de execução obrigatória, montante

que corresponde a R\$ 6,6 bilhões. Esse procedimento mostra-se inadequado, pois, embora a Constituição determine que metade dos recursos das emendas individuais (R\$ 4,4 bilhões) seja destinada a ASPS, não há norma que obrigue mesmo tratamento para emendas de bancada (R\$ 2,2 bilhões).

Itens	R\$ milhões	
	MDE	ASPS
Mínimo Constitucional (Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas 4º bim.)	49.649,9	116.496,0
PLOA 2018	81.618,4	119.018,5
Mensagem Modificativa	85.922,5	119.228,3

Fonte: PLOA 2018, Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017 e relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 4º bimestre.

#### 5.4. REGRA DE OURO – ART. 167, III, CF/88

Itens	R\$ milhões	
	PLOA	Mens. Modif.
<b>( - ) OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.611.892,4</b>	<b>1.640.936,0</b>
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.609.356,0	1.638.399,6
Orçamento de Investimento	2.536,4	2.536,4
<b>( + ) DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.614.788,5</b>	<b>1.642.902,7</b>
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.546.603,6	1.574.717,9
Participação da União no capital das estatais	(619,0)	(619,0)
Orçamento de Investimento	68.803,8	68.803,8
<b>( = ) EXCESSO DE DESPESA DE CAPITAL EM RELAÇÃO ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.896,0</b>	<b>1.966,7</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

A regra de ouro das finanças públicas corresponde à proibição de realização de operações de crédito em valor superior ao total das despesas de capital (art. 167, inciso III, da Constituição). De acordo com a tabela anterior, o cumprimento da regra só se verifica se for levado em consideração o orçamento de investimento. Contudo, caso se deva considerar exclusivamente os orçamentos fiscal e da seguridade social, verifica-se excesso de operações de crédito no montante de R\$ 63,7 bilhões.

#### 5.5. DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO – EC 93

Itens	R\$ milhões			
	PLOA		Mens. Modif.	
	Receita	DRU	Receita	DRU
Contribuições Econômicas	16.205,4	4.320,0	16.427,0	4.376,3
Contribuições Sociais	390.813,0	117.243,9	389.963,9	116.989,2
Taxas	8.364,5	2.509,3	8.362,5	2.508,8
<b>Total</b>	<b>415.382,9</b>	<b>124.073,3</b>	<b>414.753,4</b>	<b>123.874,3</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

Por meio da DRU, são desvinculados 30% das receitas da União referentes às taxas e às contribuições econômicas e sociais para oferecer maior flexibilidade na alocação dos recursos. A DRU não incide sobre as contribuições destinadas à previdência e à educação, bem como sobre a parcela da CIDE Combustíveis destinadas aos estados.

Do total das desvinculações observados no PLOA e na mensagem modificativa, R\$ 106,7 bilhões e R\$ 106,4 bilhões, respectivamente, são retirados do orçamento da seguridade social. Contudo, o orçamento fiscal financia o orçamento da seguridade social com R\$ 289,8 bilhões e R\$ 283,5 bilhões, no caso do PLOA e da mensagem modificativa, respectivamente. Isso revela a situação deficitária do orçamento da seguridade social, independentemente da DRU.

### 5.6. AUTORIZAÇÃO PARA AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL – ART. 169, § 1º, II, CF/88

Finalidade	Poder/Órgão	Quant	Impacto em 2018		Impacto nos anos seguintes	
			Desp Prim.	Desp. Financ.	Desp Prim.	Desp. Financ.
Provimento, admissão ou contratação	Legislativo	169	36.106.677	4.827.862	55.580.850	6.735.962
	Judiciário	976	65.543.486	10.941.450	133.788.251	19.359.164
	Executivo	18.931	1.106.021.982	214.697.119	1.574.889.020	265.002.384
	FCDF	1.367	114.185.540	2.779.514	114.185.540	2.779.514
	DPU	14	2.437.097		2.437.097	
	MPU	25	1.655.389	65.915	11.044.565	395.489
Reestruturação de carreira e aumento de remuneração	DPU		4.985.058		4.985.058	
<b>Total</b>		<b>21.482</b>	<b>1.330.935.229</b>	<b>233.311.860</b>	<b>1.896.910.381</b>	<b>294.272.513</b>

A Mensagem Modificativa do PLOA contém autorização para aumento de despesa com pessoal que provoca impacto de R\$ 1,5 bilhão em 2018 e R\$ 2,2 bilhões anuais, a partir de 2019. Em comparação com o PLOA encaminhado em 31/8/2017, houve acréscimo na despesa em 2018 de R\$ 1,15 bilhão (R\$ 1,65 bilhão anuais) para provimento de cargos e funções no âmbito do Poder Executivo.

### 5.7. DESPESAS COM PESSOAL – LEI COMPLEMENTAR Nº 101, ART. 20

Itens	LRF	PLOA		Mens. Modif.	
	% RCL	R\$ milhões	% RCL	R\$ milhões	% RCL
<b>Despesa com Pessoal</b>	<b>50,00</b>	<b>302.192,2</b>	<b>38,57</b>	<b>297.849,7</b>	<b>38,04</b>
Poder Executivo	40,90	255.986,0	32,67	251.643,5	32,14
Poder Judiciário	6,00	31.888,4	4,07	31.888,4	4,07
Poder Legislativo	2,50	9.715,7	1,24	9.715,7	1,24
Ministério Público da União	0,60	4.602,1	0,59	4.602,1	0,59

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

De acordo com a tabela, as despesas com pessoal e encargos sociais obedecem aos limites fixados na LRF. Vale ressaltar que os valores indicados na tabela não levaram em conta as deduções legais autorizadas.

### 5.8. META FISCAL – LDO 2018, ART. 2º

A meta de déficit primário constante da LDO 2018 foi alterada de R\$ 129,0 bilhões para R\$ 159,0 bilhões, o que gerou a necessidade de modificação da proposta orçamentária por meio de Mensagem Modificativa. As alterações efetuadas por meio dessa Mensagem são suportadas tanto pela utilização da margem fiscal gerada pela redução da meta e aumento da receita, como pela redução de determinadas programações. A tabela a seguir evidencia essas alterações.

Descrição do Item	Real. 2016		Reprog. 2017		PLOA		Mens. Mod.	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
<b>I - Receita primária total</b>	<b>1.315,0</b>	<b>21,14</b>	<b>1.380,2</b>	<b>20,80</b>	<b>1.437,1</b>	<b>20,13</b>	<b>1.456,5</b>	<b>20,43</b>
II - Transferência por repartição de receita	221,0	3,55	221,1	3,33	230,2	3,23	235,1	3,30
<b>III - Receita primária líquida</b>	<b>1.094,0</b>	<b>17,59</b>	<b>1.159,1</b>	<b>17,46</b>	<b>1.206,9</b>	<b>16,91</b>	<b>1.221,4</b>	<b>17,13</b>
<b>IV - Despesas primárias</b>	<b>1.229,3</b>	<b>19,76</b>	<b>1.289,8</b>	<b>19,43</b>	<b>1.320,8</b>	<b>18,50</b>	<b>1.365,3</b>	<b>19,15</b>
Pessoal e encargos sociais	258,8	4,16	286,0	4,31	302,2	4,23	297,8	4,18
Previdência	510,1	8,20	559,8	8,43	598,2	8,38	596,3	8,36
Outras despesas obrigatórias	334,4	5,37	337,8	5,09	355,4	4,98	358,6	5,03
Despesas discricionárias	126,0	2,03	106,2	1,60	65,0	0,91	112,6	1,58
<b>V - Resultado primário (regime orçamentário) (III-IV)</b>	<b>-135,3</b>	<b>-2,18</b>	<b>-130,7</b>	<b>-1,97</b>	<b>-113,9</b>	<b>-1,60</b>	<b>-143,9</b>	<b>-2,02</b>
VI. Outros fatores que afetam o resultado prim.	8,7	0,14	17,8	0,27	16,3	0,23	16,4	0,23
VII. Ajustes reg. caixa/competência e ajustes metodológicos.	-15,5	-0,24	9,5	0,14	1,2	0,02	1,4	0,02
<b>VIII - Resultado prim. do Gov. Central (V-VI+VII)</b>	<b>-159,5</b>	<b>-2,56</b>	<b>-139,0</b>	<b>-2,09</b>	<b>-129,0</b>	<b>-1,81</b>	<b>-159,0</b>	<b>-2,23</b>
<b>IX - Meta de resultado prim. do Gov. Central</b>	<b>-170,5</b>	<b>-2,74</b>	<b>-139,0</b>	<b>-2,00</b>	<b>-129,0</b>	<b>-1,81</b>	<b>-159,0</b>	<b>-2,23</b>
X - Juros nominais (regime de competência)	-318,4	-5,12	-340,8	-5,14	-291,2	-4,08	-272,6	-3,82
<b>XI - Resultado nominal do Gov. Central (VIII+X)</b>	<b>-477,8</b>	<b>-7,68</b>	<b>-479,8</b>	<b>-7,23</b>	<b>-420,2</b>	<b>-5,89</b>	<b>-431,6</b>	<b>-6,05</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

## 6. NÚMEROS EM DESTAQUE – ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### 6.1. NÚMEROS DE INTERESSE

No quadro a seguir, estão elencados alguns números da proposta orçamentária de interesse dos parlamentares. Estão destacadas as ações referentes à Lei Kandir<sup>1</sup>, seguro-desemprego, abono salarial e assistência social.

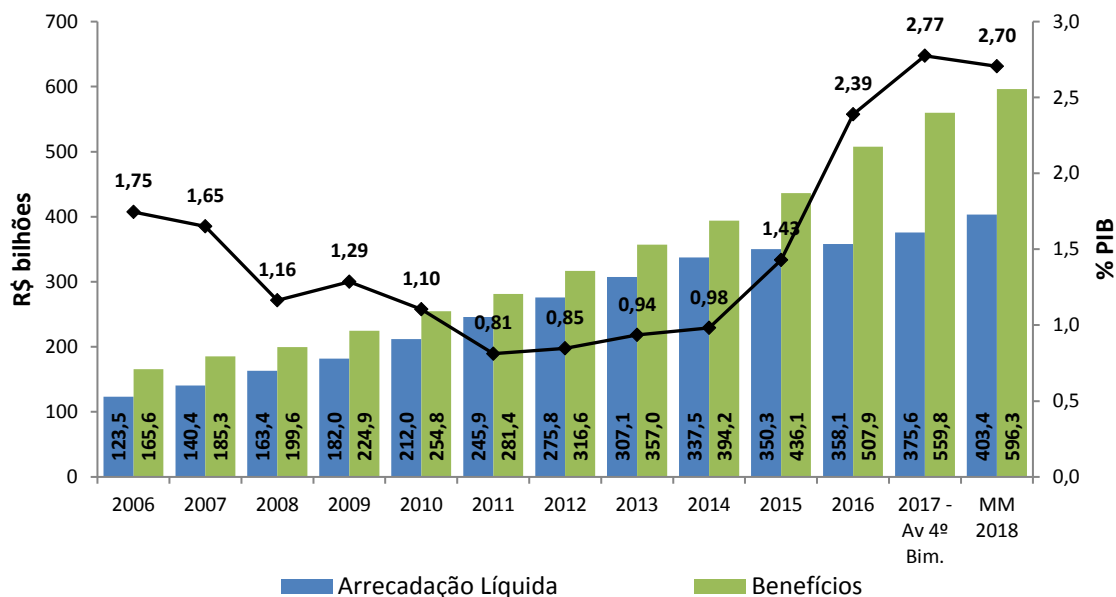
Itens	R\$ milhões			
	Emp. 2016	Aut. 2017	PLOA 2018	Mens. Modif.
Lei Kandir (Ações 099B, 0E25 e 0C33)	5.850,0	3.860,4	0,0	1.900,0
Seguro Desemprego (Ação 00H4)	37.772,2	41.648,2	43.628,0	44.974,6
Abono Salarial (Ação 0581)	17.931,7	15.792,5	17.138,7	17.612,5
BPC/RMV - LOAS (Ações 00H5 e 00IN)	47.970,4	49.873,6	55.150,9	54.989,3
Bolsa-Família (Ação 8442)	27.491,6	29.272,7	26.000,0	28.200,0
Serviços de Proteção Social Básica (Ação 2A60)	1.499,1	1.272,0	0,8	910,9
Ações Complementares de Serviços de Proteção Básica (Ação 20V5)	0,0	4,9	0,2	10,0
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (Ação 2A65)	488,8	376,0	0,5	299,0
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Ação 2A69)	278,6	209,4	0,5	189,3
Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho (Ação 8662)	4,7	3,6	0,2	2,0
Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Ação 8893)	170,0	111,3	0,4	104,1

Fonte: PLOA 2018, Siop e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

<sup>1</sup> Determinadas despesas da União são geralmente designadas como transferências decorrentes da Lei Kandir. Na verdade, a transferência de parte dos recursos, embora utilize sistema de entrega previsto nessa lei, decorre do disposto no art. 91 do ADCT. Esses recursos, líquidos de 20% destinados ao FUNDEB (ação 0C33), são consignados na ação "099B - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT)". Da Mensagem Modificativa, consta R\$ 1,9 bilhão nessas duas ações. Geralmente, o Congresso Nacional, além de manter essas duas ações, também consigna recursos na ação "0E25 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações", no mesmo montante. Os recursos dessa última ação, porém, são distribuídos segundo critérios distintos dos previstos na Lei Kandir, definidos anualmente por meio de medida provisória.



## 6.2. RESULTADO DO RGPS



Fontes: BEPS, julho/17; Rel. de aval. de receitas e despesas do 4º bim. de 2017; PLOA 2018; e Mens. Modif 31/10/2017.

Observa-se, no gráfico, acelerada elevação do déficit previdenciário a partir de 2014. Após 2016, o déficit continua crescente, porém em ritmo mais moderado. Contribuiu para esse comportamento, o aumento da taxa de desocupação no período, que desde o início desse ano tem apresentado certa estabilidade, bem como o perfil demográfico da população brasileira.

## 6.3. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR FUNÇÃO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Função	R\$ milhões				
	Emp. 2016	Aut. 2017	PLOA	Mens. Modif.	Mens. Modif. - PLOA
Educação	28.159,7	27.943,4	20.430,0	23.630,0	3.200,0
Saúde	20.120,5	29.729,6	19.867,7	19.867,7	-
Encargos Especiais	19.887,8	12.602,6	2.313,6	13.085,2	10.771,6
Defesa Nacional	12.034,2	15.566,5	3.535,0	12.102,8	8.567,8
Transporte	8.916,1	14.482,8	633,4	9.578,0	8.944,5
Judiciária	4.999,4	7.244,9	7.215,4	7.215,4	-
Administração	5.564,0	7.907,0	4.507,3	6.854,1	2.346,8
Ciência e Tecnologia	4.424,9	5.555,1	2.184,2	4.072,9	1.888,7
Segurança Pública	4.086,5	4.526,2	1.401,4	3.858,3	2.456,9
Gestão Ambiental	3.732,8	3.388,8	604,7	2.909,1	2.304,3
Assistência Social	3.751,5	3.530,9	332,4	2.670,5	2.338,1
Previdência Social	2.223,7	1.625,4	1.704,2	1.828,5	124,3
Agricultura	2.228,4	2.757,9	1.248,4	1.556,8	308,4
Legislativa	1.197,0	1.506,9	1.550,0	1.550,0	-
Essencial à Justiça	1.478,5	1.832,6	1.535,7	1.547,2	11,5
Outras	14.110,2	19.342,1	5.786,9	10.087,5	4.300,6
<b>Total</b>	<b>136.915,0</b>	<b>159.542,6</b>	<b>74.850,3</b>	<b>122.413,9</b>	<b>47.563,6</b>

Fonte: PLOA 2018 e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

A tabela anterior relaciona as maiores despesas discricionárias por função observadas no PLOA. Na Mensagem Modificativa, nota-se a recomposição de despesas em defesa nacional, transporte, gestão ambiental (obras hídricas e recursos para o Meio Ambiente) e Encargos Especiais, que engloba despesas com o Programa Moradia Digna, repasses da União para organismos nacionais e internacionais e reserva de recursos e participação da União no capital de empresas estatais.

#### 6.4. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR FUNÇÃO - INVESTIMENTOS E INVERSÕES - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Função	Emp.	Aut. 2017	PLOA	Mens. Modif.	R\$ milhões
					Mens. Modif. - PLOA
Transporte	7.524,1	12.308,0	12,0	7.812,8	7.800,8
Encargos Especiais	13.124,4	7.083,9	1.450,7	7.541,7	6.091,0
Defesa Nacional	6.911,8	9.490,6	881,0	7.521,6	6.640,5
Educação	5.134,8	5.953,5	2.174,0	3.684,4	1.510,4
Saúde	4.911,6	7.346,1	2.858,9	2,858,9	0,0
Gestão Ambiental	2.979,8	2.539,7	58,9	1.970,4	1.911,5
Judiciária	504,1	1.966,9	1.366,4	1.366,4	0,0
Saneamento	546,0	1.372,8	0,0	930,0	930,0
Urbanismo	2.511,7	6.659,7	4,8	846,6	841,7
Administração	614,9	1.477,6	239,7	654,8	415,2
Segurança Pública	992,7	1.265,6	89,5	563,7	474,2
Direitos da Cidadania	1.345,0	501,9	377,9	389,3	11,4
Ciência e Tecnologia	638,4	1.294,5	230,0	388,0	158,1
Outras	3.863,7	4.834,9	839,8	1.817,8	978,0
<b>Total</b>	<b>51.602,9</b>	<b>64.095,6</b>	<b>10.583,6</b>	<b>38.346,4</b>	<b>27.762,8</b>

Fonte: PLOA 2018, Siop e Mensagem Modificativa encaminhada em 31/10/2017.

A tabela acima relaciona as maiores despesas discricionárias em investimentos e inversões financeiras (GND 4 e 5) por função. Na Mensagem Modificativa, nota-se a recomposição de investimentos nas áreas de transporte, defesa nacional, gestão ambiental e encargos especiais.

#### Órgãos Responsáveis

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)

Diretora: Ana Claudia Castro Silva Borges  
<http://www.senado.leg.br/sf/orcamento>  
 Tel: (61) 3303-3318 | conorf@senado.leg.br

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)

Diretor: Ricardo Alberto Volpe  
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil>  
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.leg.br